

O CASO ADÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A DETERMINAÇÃO DO ATO LIVRE DE ADÃO CONFORME DEFENDIDO NO SÍNODO DE DORT

Francisco das Chagas Nascimento Sousa TOURINHO *

RESUMO: Este artigo visa discutir a temática da determinação dos atos livres no caso específico de Adão. Se Deus ordenou e determinou a queda, como Adão pode ter agido livremente como defendem as confissões de fé e o Sínodo de Dort? Se Adão não tinha uma natureza depravada, como sua vontade se inclinou ao que era mau? E se Deus determinou a queda, como Ele não se torna autor do pecado? Como Adão poderia pecar e não pecar? Existe liberdade diante da determinação divina? Essas perguntas são analisadas e respondidas nesse artigo. Primeiro estabelecemos o que é um ato livre e o que é determinação divina e explicaremos a solução reformada para o problema, pois negamos que haja qualquer contradição entre um e outro. Segundo, tratamos sobre qual era a natureza de Adão, que embora fosse reta, tinha em si imperfeições, pois somente Deus é o perfeitíssimo. E terceiro, demonstramos como Deus pode ser a causa primeira de um evento, mas sem ser a causa ética de um evento, ou seja, a causa formal do

* Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Pós graduando em psicopedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica de Imperatriz – Fateimp. Mestrando em Estudos Teológicos pelo Seminário Internacional de Miami – MINTS.

mesmo, e que por esse motivo, Deus jamais seria o autor do pecado de Adão.

PALAVRAS-CHAVE: Livre Arbítrio; Determinação dos atos livres; Adão.

INTRODUÇÃO

O tema abordado é um tanto espinhoso, no entanto, não devemos temer abordá-lo a luz das Escrituras, Razão e Tradição. O sínodo de Dort, na sua seção 1.15, diz que Deus não é o autor do pecado. Ensina também em sua seção 3/4.1 que o homem foi criado com o coração reto, afetos puros e completamente santo. Afirma também que o homem se desviou de Deus sob a instigação de satanás, mas de livre vontade se desviou. Essa livre vontade era entendida pelos reformados como o poder de pecar e não pecar. Então obviamente perguntas surgirão, como: Se Deus tudo decreta, como Deus não se torna autor do pecado de Adão? Como Adão sendo puro caiu? Como Adão poderia pecar e não pecar? Existe liberdade

diante da determinação divina? Abordaremos essas perguntas nesse artigo.

1. COMO ADÃO PODE TER AGIDO LIVREMENTE COMO DEFENDEM AS CONFISSÕES DE FÉ E O SÍNODO DE DORT, SE TODAS AS NOSSAS AÇÕES SÃO DECRETADAS?

Assim está escrito nos Cânones de Dort:

No princípio o homem foi criado à imagem de Deus. Foi adornado em seu entendimento com o verdadeiro e salutar conhecimento de Deus e de todas as coisas espirituais. Sua vontade e seu coração eram retos, todos os seus afetos puros; portanto, era o homem completamente santo. Mas, desviando-se de Deus sob instigação do diabo e pela sua própria livre vontade, ele se privou destes dons excelentes. Em lugar disso trouxe sobre si cegueira, trevas terríveis, leviano e perverso juízo em seu entendimento; malícia, rebeldia e dureza em sua vontade e seu coração; também impureza em todos os seus afetos. (CÂNONES DE DORT - 1618-1619. s.d)

Segundo a citação acima, Adão era de fato livre. Devemos entender primeiro em que consiste a liberdade humana no calvinismo, e somente depois tratar sobre a determinação do ato livre de Adão. Definiremos então o ato livre como sendo aquele ato que é voluntário, não coagido,

racional, ou seja, o ato que o homem, após deliberar racionalmente, tem vontade de fazer e faz, esse ato é livre. A Confissão de fé de Westminster diz na Seção 3.1, que por ocasião do decreto nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas. Explicando melhor, cada criatura e, em específico, os agentes livres, faz aquilo que sua natureza² o constringe a fazer, sendo cada decisão tomada um ato de sua própria vontade, mas energizada/movida por Deus.

2 Natureza é o mesmo que essência. Essência é o que não pode ser menos do que é, pois se for, será outra coisa. Explico: a essência responde a pergunta “o que é?”. Por exemplo, se eu pergunto: o que é uma pessoa? Eu não posso responder que a pessoa é Francisco, porque essa resposta responde quem essa pessoa é, não o que ela é, seu nome poderia ser Fabrício e ainda assim ela continuaria sendo um ser humano. Se eu respondo que ela é um advogado, não responde a pergunta porque essa mesma pessoa poderia ser um engenheiro ou ter qualquer outra profissão e ainda continuaria sendo uma pessoa, quer dizer, ela tem partes que mesmo que não estejam com ela, ainda assim ela não deixa de ser o que é, mas se eu tiro uma parte dela em que ela deixa de ser uma pessoa, então ali eu retirei sua essência. Uma pessoa, no caso aqui, é um humano, sua essência é essa. Assim, aquilo que pode ser tirado sem afetar o que a coisa é, é chamado de **acidente**, e aquilo que não pode ser retirado, sob o risco de virar outra coisa, é chamado de essência. Por isso podemos chamar um embrião, que ainda não tem braços e pernas, de pessoa, porque ele já é um ser humano, mesmo que ainda não tenha muitas partes que os adultos têm, pois essas partes são acidentes, e não a essência do ser.

Por vontade, Calvino entende que a função da vontade³, entretanto, é escolher e seguir o que o entendimento ditar como bom, rejeitar e evitar o que ele houver desaprovado (CALVINO, s.d).

Pegemos o exemplo do homem em seu estado natural, o apóstolo Paulo diz: “Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (1 Co 2.14). Segundo o texto citado, o homem natural sequer entende as coisas de Deus, ele simplesmente não tem a opção de fazer diferente, mas, sem dúvida, tem a vontade

3 É importante destacar que na psicologia de Calvino, só era apropriadamente vontade aquilo que era para fazer o que era bom, aquilo que é lascivo ou concupiscente era conduzido pela sensibilidade, que também era uma área do entendimento, era como se fosse o homem se entregando aos seus instintos animais e deixando de ser racional. Para Calvino o ato pecaminoso era um ato de irracionalidade (Institutas 1.15.7), o que faz muito sentido ao olharmos para o mundo à nossa volta. Quanto mais um homem se entrega aos vícios e desejos carnis, mais irracional ele fica. Vejamos: há homens que perdem tudo que tem em jogos, apostam até mesmo suas esposas ou seus corpos, quem em seu estado de equilíbrio faria isso? Homens que gastam todo o dinheiro com prostituição, sem falar nas bizarrices como Masoquismo, Agalmatofilia, Flatofilia, Hemetofilia, Coprofilia, Coprofagia, etc. Os dois últimos referem-se a sentir prazer no contato e ingestão de fezes no ato sexual, se isso não é irracionalidade, nada mais o é. Por fim, o ato pecaminoso está intimamente ligado a uma perda da racionalidade para os instintos carnis.

de rejeitar a Deus por causa da sua natureza depravada⁴. Essa natureza inclina o homem para as obras da carne, inclinação essa tão poderosa que somente com a graça de Deus esse homem poderá fazer diferente do que já faz, portanto, a não ser que Deus transforme essa natureza depravada em uma natureza regenerada, ele jamais poderá produzir frutos dignos de arrependimento, mas ele não é coagido a isso, não é forçado, como alguns objetores argumentam, a liberdade dele não foi tirada, é a condição dele que o coloca nesse estado, é a condição de depravado que o constrange a tomar atitudes que são pecaminosas, rejeitando a Deus, pois uma árvore ruim, produz frutos ruins (Mateus 7.18) e de uma mesma fonte não pode jorrar água doce e amarga e uma figueira não pode produzir azeitonas (Tiago 3.11,12). Os atos humanos são determinados,

4 Quando falamos que o homem tem uma natureza pecaminosa, não estamos dizendo que essa natureza é pecaminosa em si mesma, pois o pecado é um acidente, já que o homem não deixa de ser homem caso ele fique livre do pecado, mas que essa natureza se corrompeu e que agora, depois da queda, ser homem é ser pecador, como se fizesse parte dele, mas sabemos que embora o homem seja pecador por natureza pós queda, não o é em sua natureza original, pois foi criada boa, mas é pecador por uma corrupção, como alguém que adiciona um veneno em uma água.

pois não podem ser diferentes, mas é livre pois é feito de livre vontade.

As atitudes do homem são determinadas pela sua natureza, pelo seu estado interior, seja depravado ou regenerado, seja ele nascido de novo ou um homem natural, como é dito: “Se a raiz é santa, também os ramos o são” (Romanos 11:16) e está escrito: “Nenhuma árvore boa dá frutos ruins, nenhuma árvore ruim dá fruto bom” (Lucas 6:43). Deus não precisa colocar o mal em ninguém, Deus quando move o homem, ele move o homem de acordo com sua natureza, se a natureza do homem é má, ele fará o mal, Calvino, em suas Institutas (1.17.5), usa a seguinte ilustração:

E, indago eu, donde provém o mal cheiro em um cadáver que, pelo calor do sol, não só se fez putrefato, mas até já entrou em decomposição? Todos vêem que isso é provocado pelos raios do sol; contudo, ninguém por isso diz que eles cheiram mal. Daí, como no homem mau residem a matéria e a culpa do mal, que razão há para que se conclua que Deus contrai alguma mácula se, a seu arbítrio, ele faz uso de sua atuação?

A ilustração de Calvino é bem elucidativa, a luz divina é o poder para energizar o homem (causa primeira), e o cadáver representa o homem de natureza depravada (causa segunda), quando a energia de Deus o move, ele exalará sua podridão, se a mesma luz incide sobre um corpo vivo, ele produz vida, saúde e etc (isso acontece porque a causa segunda é movida de acordo com a natureza que lhe é própria). Observamos claramente que o problema não está na luz, mas na natureza do corpo a ser atingido; a mesma luz sobre dois corpos, dois resultados diferentes.

Deus é uma causa primeira, motora, da ação, mas não é uma causa ética, porque não infunde pecado, e, portanto, não dá a forma do ato pecaminoso, ou seja, Deus não é a causa formal do ato pecaminoso, e, por isso, não é responsável pelo pecado, nem o autor deste, caindo sobre o homem toda a responsabilidade.

Ficou explícito, na exposição desse tópico, que todos os atos humanos são livres, mas poderiam objetar: onde fica então a escravidão da vontade ao pecado como ensinado em Jo 8.34,

Rm 6.20 e outros versículos? Respondemos que há a necessidade de distinção entre a liberdade de um homem regenerado (*libertas Christiani hominis*) e a escravidão da escolha (*servum arbitrium*). Ao primeiro, é referido à liberdade que o homem regenerado possui para escolher o bem, e o segundo, embora não podendo de forma alguma escolher o bem sobrenatural, ainda faz livremente tudo que pode fazer, nesse caso, todos os atos rebeldes contra Deus, por isso o primeiro tem uma liberdade cristã, e o segundo tem uma liberdade escrava, por ter opções limitadas, mas ainda é liberdade por escolher entre diferentes atos pecaminosos. A diferença entre um e outro são as possibilidades.

Theophilus Gale⁵ ressalta que deve ser desfeita essa confusão, de que a ausência do poder de fazer o bem seja tomada como uma falta de liberdade natural da alma, pois, fazer o bem é um acidente na alma, e a liberdade é essencial a alma, portanto, não poder fazer o bem, não anula a liberdade

5 GALE, T. *Tribunal dos Gentios*. Livro 3. Parte 4. pág 13. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A41639.0001.001/1:7.1.1?rgn=div3;view=fulltext> . Acesso em 28/01/19.

natural da alma. Gale, destaca que os adversários de nossa ideia, costumam confundir esses pontos, achando que pelo fato de afirmarmos que ao homem natural é vedado fazer o bem, nós negamos a ele a sua liberdade natural, isso é falso. Infelizmente, parece que esse erro tem sido defendido até pelos homens reformados do nosso tempo, ao bradarem que o homem não tem livre arbítrio ou livre vontade por ocasião do seu estado de depravação.

No entanto, dado que o homem não pode fazer diferente do que faz, por que João Calvino afirma em suas Institutas (1.15.8), que Adão poderia, caso quisesse, se manter sem pecar, se havia um decreto de queda? Primeiro observemos que a natureza do homem não é a única determinante do seu ato, mas sua natureza e o decreto (seja permissivo ou ativo), visto que Deus pode mudar a natureza de uma pessoa, mudando assim sua vontade, para que ela possa tomar outra atitude voluntariamente. Então, não basta entender que a natureza de Adão poderia ser nem boa nem má, mas também observar o decreto. O entendimento dessa declaração de Calvino, embora

pareça implicar em uma liberdade libertária⁶ por parte de Adão, não pode ser assim entendida. A liberdade libertária é por si mesmo indeterminada, portanto, é impossível que possa ser alvo da presciência divina, além de tornar o homem um ato puro⁷, ou seja, igual a Deus, os calvinistas jamais poderiam endossar tal coisa.

A Segunda Confissão Helvética afirma em sua Seção:

Qual era o homem antes da queda. Há o estado em que o homem se encontrava no princípio, antes da queda; era certamente reto e livre, de modo que podia

6 Segundo o filósofo e teólogo William Lane Craig, liberdade libertária é: *é a habilidade de escolher agir ou não de determinado modo sob as mesmas circunstâncias. Uma análise indiscutivelmente melhor da liberdade libertária vê sua essência na ausência de determinação causal da escolha de uma pessoa, independente da própria atividade causal da pessoa. Isso equivale a dizer que causas outras que não a própria, não determinam a forma como essa pessoa faz suas escolhas em determinadas circunstâncias; fica a critério da pessoa a forma como ela faz suas escolhas. Essa concepção de liberdade é muito diferente da visão voluntarista ou compatibilista, que define liberdade em termos da ação voluntária (ou não coagida), de modo que o fato de uma ação ser determinada em termos causais é compatível como [sic] o fato de ela ser 'livre'. A noção de [...] liberdade libertária [...] exclui a hipótese de que Deus determine como devemos escolher livremente.* (CRAIG, W. L. *Em guarda: defenda a fé cristã com razão e precisão*. São Paulo, Vida Nova, 2011, p. 174.)

7 Um debate mais exaustivo pode ser encontrado em: TOURINHO, F.C. *Concursus providencial divino: O problema da determinação dos atos livres*. Revista Teologia Brasileira. N. 74. 28 mar 19. Disponível em:

<https://teologiabrasileira.com.br/concursus-providencial-divino-o-problema-da-determinacao-dos-atos-livres/>. Acesso em 04/05/2019.

continuar no bem ou declinar para o mal, mas inclinou-se para o mal e se envolveu a si mesmo e a toda a raça humana em pecado e morte, como se disse acima.

E diz que “condenamos os maniqueus, os quais afirmam que o início do mal, para o homem bom, não foi de seu livre arbítrio”.

A questão parece clara, a teologia reformada calvinista afirma que o homem foi criado reto, em estado de perfeita santidade e retidão, conhecedor da lei de Deus e também com o poder de não pecar (*posse non peccare*). Também afirma que o homem foi criado com uma possibilidade de pecar, com uma perseverança flexível e que caiu sem coação, quer dizer, de vontade própria.

2. EM QUE SENTIDO ADÃO PODERIA NÃO PECAR?

Turretini explica que “Era, pois, possível que Adão não pecasse no sentido dividido e com respeito a si próprio, porém era impossível no sentido composto, quando visto em relação

com o decreto de Deus, a permissão de pecar e a negação da graça” (TURRETINI, Vol 1, 2011, p. 759)

Aqui aparece dois termos importantes, a saber, o sentido dividido (*in sensu diviso*) e o sentido composto (*in sensu composito*). Mas o que isso significa? Precisamos então de algumas explicações para chegarmos ao fulcro da questão. Calvino ensina que: “Ele (Deus) guia todas as criaturas de acordo com a condição e propriedade que Ele deu a cada um quando Ele as fez”. E acrescenta:

[...] disse Paulo em Atenas: que somos, que vivemos e temos nosso próprio movimento (Atos 17, 28). Por isso Deus tem nos admoestado, que não podemos durar um minuto de tempo, exceto que nos sustentemos em Sua mão... também Deus nos dá vida e nos dá o que temos de faculdade e poder. No entanto, esta operação Deus não impede que cada criatura, tanto no céu como na terra, de reter a sua qualidade e natureza, e usar a sua própria inclinação. (CALVINO, 1863, p.187)

François Turretini explica que Deus, que opera tudo em todos, governa e administra as causas secundárias de tal forma que não elimina sua natureza e condição. Antes, ele as protege e conserva, e permite que também exerçam e produzam seus movimentos. (TURRETINI, 2011, Vol 1, p. 630)

A causa secundaria não perde sua natureza quando é movida pelo decreto. Então ensina os reformados que a causa primária move a secundária de acordo com a natureza da causa segunda. A causa primária é a que concede poder para outra causa se mover, essa causa que recebe o poder para ser movida, é chamada de secundária. Um homem com um machado em mãos, ao cortar uma árvore, é uma causa primária, e o machado, é a causa secundária, o homem concede, o machado recebe.⁸

⁸ Esse é o motivo pelo qual nossa liberdade não pode ser autodeterminada, pois se somos causas secundárias, temos que receber o poder para realizar o trânsito do estado de “não volição” para o estado de “volição”, de fora, pois não temos como ter a potência e o ato em nós mesmos. Portanto, para que a vontade se determine a querer, é necessário uma determinação anterior, visto que quando ainda não quer, está em potência, e quando quer, está em ato, e nada passa da potencia para o ato, sem outro ser em ato que a determine.

Dentro desse mesmo contexto, visto que o decreto ou a determinação divina se executa por meio das causas secundárias, é importante ressaltar que elas se dividem em, pelo menos, três tipos: causas necessárias, causas contingentes e causas livres. A primeira é uma causa cuja possibilidade a ser atualizada é uma só, como por exemplo as leis da natureza, que produzem resultados necessários. Se pularmos 500 vezes, ou milhares de vezes, ou infinitas vezes de um prédio, nós cairemos todas as vezes, porque só há uma possibilidade a ser atualizada, ou seja, a de cair, por isso chamamos de causa necessária, pois os eventos acontecem necessariamente ou fatalmente. A segunda é relativa às causas que dependem de determinadas condições para produzir um resultado, resultados esses que não produziram por si mesmas. Aqui, estão incluídos todos os eventos que para nós são considerados por acaso, fortuitos, acidentais. Esses eventos podem ou não acontecer, pois Deus poderia movê-las de um modo ou de outro, portanto não acontecem necessariamente, mas contingentemente. Podemos recorrer ao caso dos apóstolos, que ao jogarem os dados sagrados, a sorte caiu sobre Matias (At

1.26), mas poderia muito bem ter caído sobre José, caso Deus quisesse.

Para clarificar ainda mais, observe a imagem abaixo:



Do lado esquerdo nós temos claramente a obra de uma mente. Absolutamente, ninguém diria que as estátuas esculpidas no muro dos reformadores foram criadas pelo tempo e pelas leis da natureza. Há uma informação precisa e complexa demais que só pode ser fruto de uma mente. No meio, temos um gran canyon, com uma obra esculpida pelo vento e pelas leis da natureza. E no lado direito, temos um sorteio da loteria. Ao primeiro, qualquer pessoa diria que tem uma mente, e ao segundo, diria que seria construído pelo acaso, ao terceiro, os resultados também seriam randômicos.

Mas lembremos, nada acontece por acaso, todas coisas

acontecem pela vontade e pela determinação rigorosa de Deus, então, para nós, tanto o primeiro, como o segundo, como o terceiro terão uma mente por trás. Então por que consideramos o primeiro o fruto de uma mente e o segundo e o terceiro fruto de um acaso? Por que não encontramos um padrão inteligível, no terceiro evento se cada resultado da loteria também é definido por Deus? A resposta está na diferença entre as causas. A primeira, Deus fez através de uma causa secundária livre, racional, logo, deve-se ter impressa no efeito a racionalidade da causa secundária. No segundo, Deus moveu uma causa secundária necessária, que, embora obedeçam algum padrão, ainda é irracional e se comporta de forma irracional, ou seja, Deus moveu a causa secundária de forma a se comportar de acordo com sua irracionalidade, e na terceira, uma causa contingente, que dará resultados aleatórios, e mesmo que tenha a mente de Deus coordenando, ao analisar os resultados, jamais se achará uma mente ali, pois Deus faz com que se comporte exatamente assim, como se não houvesse uma mente. Posto isso, podemos entender quando dizemos que Deus move o homem livremente, pois, da mesma forma que ele move os

jogos da loteria, para se comportar como se não tivesse uma mente, e por isso são contingentes, Deus move o homem de forma que ele se comporte racionalmente e livremente, pois o homem é uma causa livre e racional.

Além disso, devemos agora entender que tudo, enquanto foi criado, Deus consegue ver as possibilidades dessas essências criadas, que, estão, naquele momento, todas disponíveis para Deus. Esse primeiro momento, antes do decreto, chama-se necessidade hipotética (*in sensu diviso*). No segundo momento temos a emissão do decreto, quando há uma atualização de algumas possibilidades, e Deus, ao tornar ato uma das possibilidades, descarta os outros atos, mas as possibilidades permanecem. Esse segundo momento é chamado de necessidade de certeza ou de consequência (*in sensu composito*), visto que o resultado agora é certo. Devemos manter em mente que, mesmo depois do decreto, a possibilidade continua lá, ela só não poderá mais ser atualizada, pois, o dado continua sendo um dado, mesmo depois de ter apresentado um dos resultados. Portanto, Deus

nunca removeu as potências desse dado, mas removeu os atos. Por isso, é totalmente racional dizer que, embora Deus tenha decretado de uma forma, era possível que fosse de outra. Embora o controle de Deus seja exaustivo, e em relação a Deus o decreto seja certo, a causa secundária, nesse caso, age de forma contingente, pois poderia ter sido de outra forma de acordo com as circunstâncias e a vontade divina. Por isso mesmo, confiamos que se pularmos de um prédio, vamos infalivelmente cair, mas não confiamos que todas as vezes que jogamos um dado ele dará o mesmo resultado, pois a lei da gravidade é uma causa secundária necessária, e o dado é uma causa secundária contingente.

Já na causa livre está o homem, onde sua decisão não é determinada propriamente por nenhum fator extrínseco ou intrínseco, pois é capaz de produzir um resultado diferente do que ela faz. A vontade humana, antes de ser movida por Deus, tem a potência de fazer A ou B, e até que seja determinada a fazer A ou B, ela não pode se determinar. Portanto, dizemos que

essa causa secundária é livre, pois tem em si a potência de fazer diferente do que faz.

A esse estado de indeterminação dos atos livres, que se situa antes da determinação divina, nós chamamos de necessidade hipotética (*sensu diviso*), pois, nesse momento lógico, nossa vontade é flexível tanto a um lado, como a outro. A vontade aqui é considerada como Deus a criou, mutável e flexível, portando, sem uma necessidade intrínseca. Mas depois da determinação divina, temos uma necessidade de certeza ou consequência (*sensu composito*), que a partir daqui não poderá mais ser mudada em seu efeito produzido. Theóphilus Gale, eminente teólogo calvinista, assinala:

A soma de tudo é isto, que a determinação ou predeterminação Divina concorra a este ou àquele ato, não torna a negação daquele ato, ou um ato contrário uma impossibilidade simples ou estritamente natural, como alguns nos persuadiriam, mas só infere uma **necessidade da consequência**, a vontade tendo ainda, em *sensu diviso* [em um sentido dividido], isto é, na suposição da retirada da concorrência Divina, uma habitual indiferença em agir ou não agir, no *sensu composito* [em um sentido composto], como

predeterminado pela consciência divina, não pode deixar de agir.

Ou sumariamente assim: A vontade tem, nesse exato momento, quando é predeterminado por Deus para este ou aquele ato, um poder habitual ou indiferença radical à negação desse ato, ou à apresentação de um ato contrário: Assim, a predeterminação divina exclui apenas um ato contrário, não o poder radical a esse ato. (GALE, 3.4, S/D, p. 16-17)

Para ilustrar, podemos considerar uma água recebendo o calor do fogo. Embora a água tenha em si a potência de ser gelo, jamais será gelo enquanto estiver recebendo o calor do fogo, ou a determinação do fogo para esquentar. Então podemos dizer que em *sensu diviso* a água pode ser gelo e fogo, mas em *sensu composito*, a água só pode esquentar. Ou seja, a necessidade é de consequência, não é do consequente.

Podemos explicar melhor esse assunto da seguinte maneira: Deus previu que muitas coisas eram possíveis, mas que nunca serão, e embora nunca sejam, a presciência de Deus não remove delas a possibilidade da existência. Por exemplo, quando Cristo foi preso, ele disse: "Eu poderia ter pedido ao

meu pai e ele teria me dado mais do que doze legiões de anjos para me defender desses soldados” (Mt 26:53). O Senhor Jesus afirma que era possível a Ele pedir que lhe fossem concedidas tantas legiões de anjos, mas isto não foi feito nem foi feito para ser feito, e embora isso nunca aconteça, no entanto, não foi impedido pela presciência, mas foi possível. Portanto, uma vez que a presciência de Deus não exclui a possibilidade, tampouco remove a contingência e a liberdade.

Notem que o Senhor Jesus diz que “poderia ter pedido”. Então perguntamos: será que Jesus mentiu ao dizer que havia sim a possibilidade dele pedir ao Pai uma legião de anjos mesmo estando sob decreto? Se tivermos somente uma necessidade de certeza, e não uma hipotética, como alegam alguns⁹, então sim, Jesus estava apenas sendo um embusteiro na frente dos apóstolos naquele momento, mas como essa

9 Para o reformador Martinho Lutero, essas distinções não tinham efeitos práticos e não faziam diferença, uma vez que o homem depois do decreto não poderia fazer nada de diferente, seguiria então que o que vem antes deve ser desprezado. (LUTERO, M. *Interpretação Bíblica: Princípios*. Obras Seleccionadas. Vol 8. Comissão Interluterana de Literatura. Sinodal. Concórdia. 2003. Porto Alegre/São Leopoldo-RS, p. 304-307.)

postura é inadmissível ao Mestre, então é óbvio que a possibilidade existe mesmo quando os atos dessas possibilidades são negados, ou seja, a necessidade é de consequência, não é do conseqüente, pois mesmo que o evento seja certo (consequência), não é imposta uma necessidade sobre o autor do ato (conseqüente), pois o agente livre não o faz por coação. Por isso a acusação de fatalismo não é efetiva contra nossa teologia, pois o fatalismo ensina que todos os eventos acontecem necessariamente, como se todas as causas fossem necessárias, enquanto nossa teologia ensina que as causas não são somente necessárias, mas também livres, e são movidas livremente, e não é retirada a natureza da causa segunda.

Assim, fica compreendido agora o que se é dito na Confissão de fé de Westminster: “Deus ordena que elas sucedam conforme a natureza das causas secundárias, necessárias, livre ou contingentemente” (SEÇÃO 5.2). As causas livres são movidas livremente pelo decreto, logo, são determinados, pois seus atos são tornados certos, mas são livres porque não lhes foi anulada a natureza, nem retirada as

possibilidades. Portanto dizemos apropriadamente que Deus move as causas necessárias de forma necessária, as causas livres de forma livre, e as causas contingentes de forma contingente. Se o homem tem racionalidade e pode deliberar decisões, é assim que Deus o moverá. Como diz o teólogo puritano William Twisse (1578-1646) “Dizemos com [Tomás] Aquino, que “a vontade de Deus é tão eficaz, a ponto de fazer com que todas as coisas aconteçam da maneira como acontecem; a saber, coisas necessárias necessariamente, e coisas contingentes de maneira contingente ou livre, seja no bem ou no mal”. (TWISSE, s.d, p.68)

Posto isso, concluímos que ao ensinarmos que Adão poderia sim não pecar, não queremos dizer que ele poderia fazer diferente do decreto, mas que ele tem essa potência de fazer diferente que não lhe é retirada mesmo em detrimento do decreto.

3. COMO ADÃO SENDO PURO CAIU?

Nós temos declarações aparentemente paradoxais, que são:

1 – O homem era perfeito em sua santidade.

2 – O homem é movido de acordo com sua natureza.

3 – O homem cai.

Aqui nós podemos desenvolver um raciocínio, e começaremos a nos questionar qual o significado de perfeição na primeira declaração. Essa perfeição não pode ser perfeição absoluta, pois Deus também é perfeito, e se Adão fosse perfeito de forma absoluta, então ele seria igual a Deus, o que é absurdo; portanto, diremos aqui que Adão era perfeito, mas não era absolutamente perfeito, já que em relação a Deus ele era imperfeito, mas em relação ao nosso estado atual, ele era perfeito. Já em relação ao nosso estado de glorificação ele também era imperfeito, pois no estado de glorificação não teremos um livre-arbítrio instável como o de Adão, portanto, melhor que o dele e mais perfeito que o dele, além disso, na glorificação seremos como os anjos eleitos (Mt 22.30), mas a

Escritura diz que fomos criados menores que os anjos (Sl 8.4,5). O que é perfeito não pode ser aperfeiçoado, nem melhorado.

Essa imperfeição não implica em uma contaminação, como o é no nosso caso pós queda, mas em uma privação de perfeição. Adão era perfeito como humano, já que não tinha doenças, não morria, tinha uma capacidade intelectual incrível (nomear todos os animais não era uma tarefa fácil), ele era humanamente perfeito, então devemos entender nesse sentido. Se por um acaso entendermos a perfeição de Adão como algo absoluto e não relativo, além de tornarmos ele igual a Deus, criaríamos dois paradoxos insolúveis, de como um ser perfeito poderia ter caído e de como Deus criaria outro Deus.

Essa potência de queda, certamente não era algo como uma depravação, que nos inclina infalivelmente para o mal, nem algo como a glorificação, que nos inclina infalivelmente para o bem, mas algo que apesar de inclinar para o bem, em uma situação específica, ao ser movido, Adão cairia se não fosse assistido pela graça. Toda criatura deve ter em si uma potência de queda, pois só assim podemos nos diferenciar de Deus que

é a perfeição absoluta, isso parece ser óbvio, uma vez que necessariamente a causa é maior que seu efeito e, portanto, deve exceder ao efeito e não precisa participar dos defeitos do efeito. Se tivéssemos criaturas perfeitas, também teríamos criaturas que independessem de Deus. Assim, sendo Deus a causa da existência de Adão, não precisa participar dos defeitos de Adão, já que o mesmo excede o efeito por ser sua causa, logo, não se segue que Deus, ao criar Adão, se torna autor do pecado, pois não precisa participar do defeito do efeito. Uma coisa é criar, outra coisa é operar. O decreto da criação não cria o pecado, ele cria coisas distintas do criador, e, essa distinção, por necessidade lógica, deve trazer alguma potência de imperfeição, pois se assim não fosse, Deus faria o impossível lógico, que era criar um outro Deus, ou seja, um outro Ser absolutamente perfeito. Essa imperfeição também não vem do criador, pois não é algo positivo que precise ser criado, visto que toda imperfeição é uma ausência de perfeição.

Clarificando mais, é importante ressaltar que existem verdades contingentes, que são aquelas que podem ou não

podem ser, por exemplo, um homem poderia ter nascido aqui no Brasil ou na China, quer dizer, um homem ter nascido no Brasil, antes de Deus decretar seu nascimento aqui, era apenas uma verdade contingente, que se torna necessária, relativamente a Deus, após o decreto.

Existe também um conjunto de verdades que são necessárias, ou seja, elas são verdades que existem independente da livre vontade divina, pois são reflexos da própria existência divina. Por exemplo as operações matemáticas, as leis da lógica, a própria existência de Deus etc. Mesmo que Deus quisesse, a operação matemática “2+2” nunca seria igual a 16, porque 2 mais 2 são 4 em qualquer mundo possível, por ser uma verdade necessária. Vejam, isso independe da criação, independe da livre vontade divina, independe de ética, independe de qualquer coisa. É uma necessidade da própria realidade. Pois as leis da lógica são reflexos diretos da existência do Eterno.

Mas é importante nos atentar para uma outra verdade necessária que poucos se atentam - Deus não pode criar outro

Deus! Logo, tudo que não é Deus, carrega em si algum defeito, pela **necessidade de realidade**, não pela livre vontade divina, pois independe dela. Não há participação alguma, ética, da parte de Deus na existência do defeito, pois a necessidade existe antes do decreto, antes de qualquer operação da livre vontade de Deus. A questão que poderia ser perguntada é:

1 – Visto que Deus era livre para não criar, por que Deus criou sabendo das consequências?

2 – Por que Deus permitiu a manifestação do defeito?

Essas perguntas são, por natureza, inescrutáveis, pois sequer sabemos o que pensamentos e planos têm nossos semelhantes, e até mesmo os animais brutos nos enganam, quanto mais os planos de Deus para com a queda, ou seja, o que se passava na cabeça de Deus ao permitir a queda. Isso é impossível de se saber. Agora, acreditamos ter boas soluções para a não imputabilidade de culpa da parte de Deus por causa da existência do defeito na natureza, que quando operou caiu, isso não se deve a Deus, não mais do que a necessidade que ele tem de ser Deus.

Criar não é operar, então ao criar um ser com potência de queda, Deus não cria o pecado, primeiro porque o defeito não precisa vir de Deus, já que ele como causa, supera seu efeito, além disso, a potência de queda não é queda, portanto, não é pecado. O decreto se executa quando Deus faz a criatura operar, mas quando essa opera, ela opera segundo sua própria natureza, que já está inclusa a potência de queda, essa potência de queda existe por necessidade lógica, não pela livre vontade divina, e caso essa potência se torne ato por alguma ocasião, não se pode dizer que essa queda fluiu do decreto, pois o decreto de operar não foi o responsável pela potência de queda, muito menos de criar, visto que qualquer imperfeição não é algo positivo para que seja criado. Quer dizer, no decreto de criar foi criado o homem bom, mas com a potência da queda, embora essa potência de queda não tenha vindo do criador, porém, mesmo com potência de queda, não houve ali um ato do homem para pecar, portando, o pecado não fluiu do decreto de criar, visto que criar não é operar, e o pecado só acontece por operação. E quando o homem opera, a potência de queda já está lá, ou seja, o pecado não fluiu do decreto de operar, logo, segue-

se logicamente que Deus não é autor do pecado, nem ao criar, nem ao operar. Por isso podemos dizer que Deus opera tanto o querer quanto o realizar, e ainda assim não é responsável pelos atos maus das criaturas, em particular, Adão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adão poderia fazer diferente do decreto? Essa pergunta traz em si um falso sentimento que diante de um decreto, o homem não goze de liberdade, esse trabalho já demonstrou que esse sentimento é falso. Há ainda um segundo sentimento, o de que é imoral coagir alguém a fazer algo e depois puni-la por isso. Isso é um fato, mas nossa teologia não sofre desse problema. Adão queria estar ali, ele não queria estar em outro lugar, ele não estava ali porque foi forçado por um decreto, mas ele estava ali porque não queria estar em outro lugar. O decreto estava de acordo com a natureza de Adão, então, por necessidade, o decreto não anula a natureza livre adâmica, mas a estabelece. Logo, Adão tinha a possibilidade de fazer

diferente, mas ele não queria fazer diferente, ele queria mesmo era pecar.

REFERÊNCIAS

CALVINO, J. **Contra la sect des Libertins**. Corpus Reformationum. Vol 35. Organizado por CUNITZ, Edouard (Ed.), BAUM, Johann-Wilhelm (Ed.), REUSS, Eduard Wilhelm Eugen (Ed.). *Joannis Calvini opera quae supersunt omnia*. Brunsvigae: C.A. Schwetschke, 1863,

CALVINO, J. Institutas 1.15.7. S/D

CALVINO, J. Institutas 1.17.5. S/D.

CRAIG, W. L. **Em guarda: defenda a fé cristã com razão e precisão**. São Paulo. Vida Nova, 2011.

CÂNONES DE DORT. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/credos/dort.htm> . Acesso em: 27/11/2018.

GALE, T. **Tribunal dos Gentios**. Livro 3. Parte 4. pág 13. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A41639.0001.001/1:7.1.1?rgn=div3;view=fulltext> . Acesso em 28/01/19.

LUTERO, M. **Interpretação Bíblica: Princípios**. Obras Seleccionadas. Vol 8. Comissão Interluterana de Literatura. Sinodal. Concórdia. 2003. Porto Alegre/São Leopoldo-RS,

Segunda Confissão de Fé Helvética por Heinrich Bullinger.

Disponível

em:

http://www.monergismo.com/textos/credos/confissao_helvetica.htm>. Acesso em: 30/12/2018.

TOURINHO, F.C. **Concursus providencial divino: O problema da determinação dos atos livres.** Revista Teologia Brasileira. N. 74. 28 mar 19. Disponível em: <https://teologiabrasileira.com.br/concursus-providencial-divino-o-problema-da-determinacao-dos-atos-livres/> . Acesso em 04/05/2019

TURRETINI, F. **Compêndio de Teologia Apologética.** Cultura Cristã. Vol 1. 2011. p 759.

TWISSE, W. **A Treatise of Mr. Cottons, Clearing certaine doubts concerning predestination. Together with an examination thereof.** p. 68. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A64003.0001.001?rgn=main;view=fulltext>>. Acesso em: 01/01/2019.